



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP nº0912/2022

Pregão nº 469/2022
Processo nº 2022-1G8RQ - GEAF/NEGEP-CENTRAL

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representado legalmente pelo Subsecretário de Estado de Atenção à Saúde, o **Sr. JOSÉ MARIA JUSTO**, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.032.002 e inscrito no CPF sob o nº 022.789.837-09, designado pelo Decreto Estadual nº 222-S, de 11/02/2022 e publicado no DIO de 14/02/2022, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA **REGISTRO DE PREÇOS DE BENS DE CONSUMO - MEDICAMENTOS**, sob nº. **469/2022**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **BLAU FARMACEUTICA S.A (CNPJ: 58.430.828/0001-60)**, adiante denominada CONTRATADA, com sede na Rodovia Raposo Tavares, 2833 Km 30,5, Barro Branco - Cotia/SP - CEP: 06705-030, neste ato representado pela **Sra. CLEMENCIA GONÇALVES DA SILVA**, brasileiro, portador do documento de identidade **RG nº 33.832.355-7 SSP/SP** e inscrito no **CPF nº 281.797.258-98**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, e suas alterações incluídas pelo Decreto 3540-R, publicado em 11 de março de 2014, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços de material de bem de consumo - Medicamentos; conforme especificados no Anexo I do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) Anexo A - Especificação dos preços;
- (b) Anexo B - Modelo de Ordem de Fornecimento;
- (c) o Edital e todos os seus Anexos;
- (d) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- 3.1.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 3.1.2 - frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- 3.1.3 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - ausente à elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 - o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

3.5.3.3 - ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - A revisão será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de análise dos órgãos de controle, nos termos da legislação correspondente.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 - incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo, do cálculo minucioso da fatura devida a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 15 dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1 A entrega dos medicamentos objeto do contrato dar-se-á no prazo máximo **de 15 (quinze) dias** corridos após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

9.2 Os medicamentos serão entregues em dias úteis, nos respectivos almoxarifados das farmácias, das unidades participantes, nos endereços abaixo relacionados:

9.2.1. **CAPAAC** - Centro de Atendimento Psiquiátrico Dr. Aristides Alexandre Campos; Rua Leopoldino Smarزارo nº17, Bairro Monte Cristo, Cachoeiro de Itapemirim, CEP 29310-370;

9.2.2. **CREFES** - Centro de Reabilitação Física do Espírito Santo; Rua Gastão Roubach s/nº, Praia da Costa, Vila Velha (ES), CEP 29.101-020;

9.2.3. **DSPM** - Hospital da Polícia Militar; Rua Joubert de Barros nº 555, Bento Ferreira, Vitória (ES), CEP 29050-720; horários para entrega: entre 08 e 11 horas e entre 13 e 16 horas de segunda a sexta (exceto feriados);

9.2.4. **HDS** - Hospital Dório Silva, Av Euder Scherez de Souza, s/nº, Parque Residencial Laranjeiras, Serra (ES) CEP 29175-680;

9.2.5. **HEAC** - Hospital Estadual de Atenção Clínica; Rodovia Governador Jose Sete, km 6,5, Alameda Élcio Álvares s/nº, Tucum, Cariacica (ES) CEP 29152-600

9.2.6. **HESVV** - Hospital Estadual de Vila Velha, Avenida Anésio José Simões, 76 São Torquato, Vila Velha (ES) CEP 29114-350;

9.2.7. **HINSG** - Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, Rua Mary Ubirajara, nº 205, Santa Lucia, Vitoria (ES), CEP 29027-080;

9.2.8. **HJSN** - Hospital João dos Santos Neves; Rua Dr. Hugo Lopes Nalle nº 319, Centro, Baixo Guandu (ES), CEP 29730-000;

9.2.9. **HMSA** - Hospital e Maternidade Silvio Avidos; Avenida Silvio Avidos, 951 São Silvano Colatina Es Cep 29703132;

9.2.10 **HRAS** - Hospital Roberto Arnizaut Silves; Av. Otovarino Duarte Santos, s/nº, Residencial Parque Washington, São Mateus (ES), CEP 29938-900;

9.2.11. **HSJC** - Hospital São José do Calçado; Rua Dr. José Fernandes Medina s/nº, Centro, São José do Calçado (ES), CEP 29470-000;

9.2.12. **UIJM** - Hospital de Jerônimo Monteiro, Av. Dr. José Farah nº 34, Jerônimo Monteiro (ES), CEP 29550-000.

9.3 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

9.4 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.5 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.6 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.7 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a **CONTRATADA** será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.8 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - DA VALIDADE

10.1 - Os produtos objeto deste Registro de Preços terão validade de, pelo menos 75% do prazo de validade total e no mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega dos mesmos.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 - Compete à Contratada:

11.2 - entregar os produtos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;

11.3 - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

11.4 - manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;

11.5 - garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.

11.6 - observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.

12 - COMPETE A CONTRATANTE:

12.1 - efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

12.2 - definir o local para entrega dos equipamentos adquiridos;

12.3 - designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

13.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

13.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

13.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 10.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

13.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

13.2.1 - advertência;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

13.2.2 - multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

13.2.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

13.2.4 - impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

13.2.5 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

13.2.6 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

13.2.7 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - **SEGER**, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

13.2.8 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - **SEGER**, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

13.2.9 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a **SEGER**, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

13.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

13.3.1 - antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

13.3.2 - a notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

13.3.3 - prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;

13.3.4 - licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

13.3.5 - ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

13.3.5.1 - O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

13.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

13.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

13.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

13.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

14 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

14.1 - Constatado que o **CONTRATADO** não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

14.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

14.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo **CONTRATADO**, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

14.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

14.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o **CONTRATANTE** informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

15 - DA RESCISÃO

15.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

16 DOS ADITAMENTOS

16.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

17 - DOS RECURSOS

17.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

18 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

18.1 - A execução do contrato será acompanhada pela **UNIDADE RESPONSÁVEL**, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

19 - DO FORO

19.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2 - E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

JOSÉ MARIA JUSTO

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Contratante

CLEMENCIA GONÇALVES DA SILVA – CPF Nº 281.797.258-98

BLAU FARMACEUTICA S.A
Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS DE BENS DE CONSUMO – MEDICAMENTOS, conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas:

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
11	176483	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1: METILPREDNISOLONA, SUCCINATO SODICO 500MG; FORMA FARMACEUTICA: PO (OU PO LIOFILIZADO) PARA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO-AMPOLA; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA E INTRAMUSCULAR; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO-AMPOLA; UNIDADE DE MEDIDA: FRASCO-AMPOLA	FRASCO /AMPOLA	29.600

1.1 - Os preços, unitário e global, máximos admitidos para fins de registro são os que constam na tabela acima.

1.2 - A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido acima importará em desclassificação do licitante.

1.3 - CLASSIFICAÇÃO COMO BENS COMUNS

1.4 - Caso existam divergências entre o disposto neste Edital e no sistema eletrônico quanto à descrição do objeto, deverá ser observada a redação contida neste instrumento convocatório.

2 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - São obrigações da **CONTRATANTE**:

2.1.1 - efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

2.1.2 - definir o local para entrega dos produtos adquiridos;

2.1.3 - designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

2.2 - São obrigações da **CONTRATADA**:

2.2.1 - entregar os produtos de acordo com as condições e se responsabilizar pelo período da validade;

2.2.2 - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

2.2.2.1 - manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;

2.2.2.1 - garantir a execução qualificada do contrato durante o período de validade;

2.2.2.2 - As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos;

2.2.2.3 - Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.

3 - DA VALIDADE

3.1 - A validade destes produtos, contada a partir do recebimento dos mesmos pela Administração, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

4 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

4.1 - A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada, **conforme Lotes acima descritos**.

4.2 - A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada conforme detalhamento do Objeto.

4.3 - O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 50% (cinquenta por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital, nos termos do art. 9º da LC 946/20, e Lei Federal 13.979/20, com as alterações introduzidas pela MP 926/20.

4.4 - A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

4.5 - Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens 5.1 a 5.3;

4.6 - Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item 5.1;

4.7 - Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

5 - DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

A especificação detalhada do objeto está definida no tópico 8 deste termo, juntamente com as estimativas de quantidades.

6 - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO:

6.1 - Da fiscalização:

6.1.1 - As unidades da Rede Estadual de Saúde deverão abrir um processo de compra específico para cada Ata de Registro de Preços, visto que o processo mãe estará de posse da **SESA**.

6.1.2 - A fiscalização do contrato será de responsabilidade do fiscal indicado por cada órgão e unidade participante;

6.1.3 - A aceitação do medicamento será certificada pelo serviço de farmácia ou por um servidor designado para este fim, mediante atesto na nota fiscal, juntamente com o fiscal da unidade, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento;

6.1.4 - A fiscalização exercida pelo Estado não exime em nada a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução do objeto de contrato ou instrumento equivalente;

6.1.5 - As unidades da Rede Estadual de Saúde deverão notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

6.2 - Das obrigações da contratada:

6.2.1 - Os medicamentos devem ser entregues nas unidades solicitantes em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela **ANVISA**, acompanhados da documentação fiscal em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas. O número do lote do medicamento recebido deve constar na rotulagem e na nota fiscal, especificados o número de lotes por quantidade de medicamento entregue.

6.2.2 - O transporte dos medicamentos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade e a integridade dos mesmos. Os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados e transportados sob controle de temperatura adequado, dentro das condições estabelecidas pelo fabricante.

6.2.3 - Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter em seus rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa, quais sejam: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

6.2.4 - As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

6.2.5- De acordo com a Portaria n. 2.814/GM, de 29 de maio de 1998, os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações devem apresentar, em suas embalagens, a expressão: "**PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO**".

6.2.6- Respeitar e cumprir com os prazos de entrega dos itens comprados, observando os períodos de parcelamento e quantidades.

6.2.7- Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Estado.

6.2.8- Fornecer amostra do produto quando solicitado, para laudo técnico de utilização.

6.3 - Das obrigações da contratante:

6.3.1 - Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens solicitados.

6.3.2 - Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas.

6.3.3 - Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao Estado.

6.3.4 - Atestar notas fiscais correspondentes após o recebimento dos itens comprados.

6.3.5 - Receber e fiscalizar os produtos entregues, verificando a sua correspondência com as especificações prescritas no edital, atestando sua conformidade.

6.3.6 - Designar formalmente um servidor da unidade gestora para acompanhar e fiscalizar a execução da autorização de fornecimento ou instrumentos equivalentes.

6.3.7 - Notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

7 - DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO:

7.1 - Ficará sob a competência e responsabilidade do gestor da unidade da Rede Estadual de Saúde, a gestão dos recursos financeiros destinados a este custeio, a definição para execução das parcelas, o recebimento e armazenamento dos medicamentos adquiridos por meio desta ata de registro de preços, assim como o efetivo pagamento diretamente aos fornecedores.

7.2 - O pagamento será efetuado por meio de depósito, creditado em conta corrente, mediante nota fiscal / fatura emitida em 02 (duas) vias e devidamente atestada. O pagamento será efetuado somente após a comprovação da regularidade fiscal.

8 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

8.1 - As quantidades máximas solicitadas foram obtidas por meio de pesquisa de quantitativo realizada no **SIGA**. A seguir estão elencadas as quantidades informadas pelas unidades para o consumo de 12 meses, o consumo mínimo, as especificações completas de cada lote, bem como se há a aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (conforme Resolução **CMED** nº3, 02/03/2011 e Comunicado nº 6, 05/09/2013) e se está isento de **ICMS** (Convênio do **CONFAZ**).

8.2 - As quantidades mínimas estimadas do objeto a ser adquirida pelos órgãos e entidades participantes, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, será fixada em 20% (vinte por cento) da quantidade máxima de cada item, para fins de cumprimento do inciso II, do artigo 13, do Decreto Estadual 1.790-R/2007.

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

Lote	Especificação	CAP	CONFAZ	Unidades	Quantitativo	Total
11	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1: METILPREDNISOLONA, SUCCINATO SODICO 500MG; FORMA FARMACEUTICA: PO (OU PO LIOFILIZADO) PARA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO-AMPOLA; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA E INTRAMUSCULAR; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO-AMPOLA; UNIDADE DE MEDIDA: FRASCO-AMPOLA 176483	NÃO	SIM	CAPAAC	0	29.600
				CREFES	0	
				DSPM	200	
				HDS	3.000	
				HEAC	600	
				HESVW	500	
				HINSG	3.200	
				HJSN	300	
				HMSA	1.200	
				HRAS	18.000	
				HSJC	2.000	
				UIJM	600	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0912/2022

ANEXO – A

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços 0912/2022**, celebrada entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão nº 469/2022**.

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VR UNIT. MÁX. POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
11	176483	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1: METILPREDNISOLONA, SUCCINATO SODICO 500MG; FORMA FARMACEUTICA: PO (OU PO LIOFILIZADO) PARA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO-AMPOLA; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA E INTRAMUSCULAR; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO-AMPOLA; UNIDADE DE MEDIDA: FRASCO-AMPOLA Nome Comercial: GENÉRICO Detentor do Registro: Blau	FRASCO/ AMPOLA	29.600	12,3400	365.264,00
VALOR GLOBAL DO LOTE 11							365.264,00

VALOR TOTAL**R\$ 365.264,00**
(Trezentos e sessenta e cinco mil e duzentos e sessenta e quatro reais)

REPRESENTANTE: BLAU FARMACEUTICA S.A (CNPJ: 58.430.828/0001-60), adiante denominada CONTRATADA, com sede na Rodovia Raposo Tavares, 2833 Km 30,5, Barro Branco - Cotia/SP - CEP: 06705-030, neste ato representado pelo **Srº. CLEMENCIA GONÇALVES DA SILVA**, brasileiro, portador do documento de identidade **RG nº 33.832.355-7 SSP/SP** e inscrito no **CPF nº 281.797.258-98**.

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

JOSE MARIA JUSTO
SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01
SSAS - SESA - GOVES
assinado em 14/09/2022 13:41:45 -03:00

CLEMÊNCIA GONÇALVES DA SILVA
CIDADÃO
assinado em 15/09/2022 11:02:28 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 19/09/2022 09:16:35 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ROSANA COUTINHO DEVENS (FARMACEUTICO - QSS - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-3C850S>

Cotia, 16 de agosto de 2022.

À
SECRETARIA DE ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SESA

Modalidade:	Pregão Eletrônico	Modo de Disputa:	Randômico
Nº da licitação:	469/2022		
Processo:	2022-1G8RQ		
Data de Abertura:	16/08/2022	Hora da Abertura:	09:00
Data de Encerramento:	16/08/2022	Hora do Encerramento:	09:00

BLAU FARMACÊUTICA S.A., sociedade empresária por ações, com sede na Rodovia Raposo Tavares, 2.833, KM 30.5, Unidade I, Prédios 100/110, Bairro Barro Branco, Município de Cotia, Estado de São Paulo, CEP 06705-030, inscrita no CNPJ/ME sob n.º 58.430.828/0001-60 e inscrição estadual n.º 278.044.141.118. Contatos: licitações Tel.: (011) 4615-9411 E-mail: licitacoes@blau.com – Contatos: previsão de entregas de empenhos, OF e AF Tel.: (011) 4615-9488 E-mail: pedidos@blau.com

Código do Produto	PA8912		
Item:	011		
Marca:	SUCC SOD METILPREDNISOLONA 500MG		
Princípio Ativo:	Succinato Sodico de Metilprednisolona - 500mg Po Sol Inj		
Tipo de Produto:	Genérico		
Apresentação:	Cx c/ 25 f/a+ 25 ampolas diluente 8mL		
Motivo Desoneração:	Preço já desonerado ICMS de acordo com o convênio 087 e 126 do CONFAZ e aplicado CAP conforme resolução da CMED.		
Prazo de Validade:	24 Meses	GGREM:	504420020065807
Registro Anvisa:	1163701570040	EAN:	7896014689125
Fabricante:	Blau Farmaceutica S/A	Procedência:	Nacional
Fabricante Detentor Reg.:	Blau Farmacêutica S/A.	País de Origem:	BR
Quantidade:	29.600 frascos-ampolas		
Preço Unitário:	R\$ 12,3400 (doze reais e trinta e quatro centavos)		
Valor Total:	R\$ 365.264,00 (trezentos e sessenta e cinco mil duzentos e sessenta e quatro reais)		

Total Geral: R\$ 365.264,0000 (trezentos e sessenta e cinco mil duzentos e sessenta e quatro reais)

Validade da Proposta:	60 (sessenta) dias corridos.
Pagamento:	Até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.
Prazo de Entrega:	15 (quinze) dias corridos.
Banco:	Banco do Brasil - Agência 1912-7 - CC 16307-4
Local de Entrega:	Conforme Edital.

Declaramos aceitar plenamente, todas as condições e normas da presente licitação, prevista no respectivo edital e seus anexos.

Atenciosamente,

CLEMENCIA GONCALVES DA SILVA:281797258 98	Assinado de forma digital por CLEMENCIA GONCALVES DA SILVA:28179725898 Dados: 2022.08.16 12:55:31 -03'00'
--	--

RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**Processo E-DOCS nº 2022-VB3Z3**

A **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**, no uso de suas atribuições legais, torna público a Dispensa de Licitação, com base no art. 24, item IV, da Lei nº 8.666/93, para contratação da empresa Oncovit Distribuidora de Medicamentos Ltda, no valor de R\$ 56.473,70 (Cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e três reais e setenta centavos), visando a aquisição de medicamento para atendimento de decisão judicial.

Vitória, 19 de setembro de 2022

ERICO SANGIORGIO

Subsecretário de Estado da Saúde

Protocolo 934712**RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

De acordo com o Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

Proc. nº: 2022-N5XFT**Objeto:** Aquisição de tratamento de embolização de malformação arteriovenosa, conforme Mandado Judicial nº 0007397-45.2018.8.08.0014.**Empresa:** Centro Paulista de Pesquisa e Tratamento das Anomalias Vasculares Ltda.**Valor Total:** R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).**Empresa:** Certa - Centro de Referência em Tratamentos Avançados - Hospital Dia Ltda.**Valor Total:** R\$ 12.319,88 (Doze mil, trezentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos).

Colatina, 19 de Setembro de 2022

Elisangela Pereira de Souza

Superintendente/SRS-Colatina - Interina

Protocolo 935037**RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

A **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**, no uso de suas atribuições legais, torna público a Inexigibilidade de Licitação, com base no art.25, I da Lei 8.666/93, para contratação da empresa **CEPHEID BRASIL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS DE DIAGNOSTICOS LTDA - CNPJ: 18.628.083/0002-04**, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO EQUIPAMENTO GENEXPERT DO SETOR DE MICROBACTERIOLOGIA DO LACEN, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS/ACESSÓRIOS, VISTORIA DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO, CALIBRAÇÃO, VALIDAÇÃO E AFERIÇÃO, através de inexigibilidade de licitação para atender as necessidades do LACEN.

VALOR TOTAL PARA 30 MESES: R\$ 56.250,00 (cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais).**PROCESSO Nº 2022-3NDZN - LACEN**

Vitória, 15 de SETEMBRO de 2022.

LUIZ CARLOS REBLIN

Subsecretário de Estado da Saúde

Protocolo 934603**AVISO DE CANCELAMENTO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2022**

A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM torna público o **CANCELAMENTO DOS PREÇOS** do **LOTE 01**, da **Ata de Registro de Preços nº 0001/2022**, cujo objeto é Registro de Preços - Fralda descartável adulto e infantil sem marca específica para atender demanda judicial, da empresa **D&M SAUDE EIRELI, CNPJ 38.204.744/0001-09**, conforme decisão proferida nos autos do processo nº 2022-Z2RCK, nos termos do artigo conforme **NORMA DE PROCEDIMENTO - SCL Nº 010** atendendo o disposto no **Inc. III, art. 24, do Decreto Estadual 1.790-R/2007, disposto no §2º, art. 21, do referido comando normativo**, e o cancelamento da **ARP nº 0001/2022**, dando-lhe efeito perante a Administração Pública.

Os autos encontram-se à disposição dos interessados para consulta no sistema E-Docs.

MARCIO CLAYTON DA SILVASuperintendência Regional de Saúde De
Cachoeiro de Itapemirim

Contratante

Protocolo 935079**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ARP Nº** 0907/2022**ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PROCESSO LICITATÓRIO** Nº 2022-1G8RQ - GEAF/NEGEP-CENTRAL**EDITAL:** 469/2022**LOTE:** 01**OBJETO:** ALPROSTADIL 20MCG;**VALOR GLOBAL DO LOTE:** R\$ 411.651,00**EMPRESA:** SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - **CNPJ:** 09.944.371/0001-04**VIGÊNCIA:** 21/09/2022 a 20/09/2023A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.**JOSÉ MARIA JUSTO**SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Protocolo 934558**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ARP Nº** 0909/2022**ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PROCESSO LICITATÓRIO** Nº 2022-1G8RQ - GEAF/NEGEP-CENTRAL**EDITAL:** 469/2022**LOTE:** 04**OBJETO:** CLORETO DE SODIO 9MG/ML;**VALOR GLOBAL DO LOTE:** R\$ 191.850,00**EMPRESA:** HOSPIDROGASCOMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - **CNPJ** 35.997.345/0001-46**VIGÊNCIA:** 21/09/2022 a 20/09/2023A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.**JOSÉ MARIA JUSTO**SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Protocolo 934559

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**ARP Nº** 0910/2022**ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PROCESSO LICITATÓRIO** Nº 2022-1G8RQ - GEAF/NEGEP-CENTRAL**EDITAL:** 469/2022**LOTE:** 05**OBJETO:** CLONIDINA, CLORIDRATO 150MCG/ML;
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 114.957,00**LOTE:** 08**OBJETO:** HEPARINA SODICA 5.000UI/0,25ML;
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 618.800,00**LOTE:** 09**OBJETO:** HEPARINA SODICA 5.000 UI/ML;
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 428.085,00**EMPRESA:** CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA - **CNPJ:** 44.734.671/0001-51**VIGÊNCIA:** 21/09/2022 a 20/09/2023A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.**JOSÉ MARIA JUSTO**SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Protocolo 934560**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ARP Nº** 0911/2022**ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PROCESSO LICITATÓRIO** Nº 2022-1G8RQ - GEAF/NEGEP-CENTRAL**EDITAL:** 469/2022**LOTE:** 06**OBJETO:** BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE;**VALOR GLOBAL DO LOTE:** R\$ 182.712,00**EMPRESA:** DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, **CNPJ:** 02.520.829/0001-40**VIGÊNCIA:** 21/09/2022 a 20/09/2023A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.**JOSÉ MARIA JUSTO**SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Protocolo 934561**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ARP Nº** 0912/2022**ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PROCESSO LICITATÓRIO** Nº 2022-1G8RQ - GEAF/NEGEP-CENTRAL**EDITAL:** 469/2022**LOTE:** 11**OBJETO:** METILPREDNISOLONA, SUCCINATO SODICO 500MG;**VALOR GLOBAL DO LOTE:** R\$ 365.264,00**EMPRESA:** BLAU FARMACEUTICA S.A (CNPJ: 58.430.828/0001-60)**VIGÊNCIA:** 21/09/2022 a 20/09/2023A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.**JOSÉ MARIA JUSTO**SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Protocolo 934563**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ARP Nº** 0928/2022**ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PROCESSO LICITATÓRIO** Nº 2022-P9X92**EDITAL:** 500/2022**LOTE:** 1**OBJETO:** ACETATO DE DEGARELIX 80MG**EMPRESA:** COSTA CAMARGO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**CNPJ:** 36.325.157/0001-34**VALOR GLOBAL DO LOTE:** 176.234,40**VIGÊNCIA:** 21/09/2022 a 20/09/2023A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.**JOSÉ MARIA JUSTO**SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Protocolo 935021**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ARP Nº** 0929/2022**ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PROCESSO LICITATÓRIO** Nº 2022-P9X92**EDITAL:** 500/2022**LOTE:** 2**OBJETO:** ROFLUMILASTE 500MCG**EMPRESA:** DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PAMED LTDA**CNPJ:** 02.424.344/0001-53**VALOR GLOBAL DO LOTE:** 20.160,00**VIGÊNCIA:** 21/09/2022 a 20/09/2023A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.**JOSÉ MARIA JUSTO**SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Protocolo 935025**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ARP Nº** 0930/2022**ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PROCESSO LICITATÓRIO** Nº 2022-P9X92**EDITAL:** 500/2022**LOTE:** 3**OBJETO:** RUXOLITINIBE 5MG**EMPRESA:** ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**CNPJ:** 10.586.940/0001-68**VALOR GLOBAL DO LOTE:** 799.039,08**VIGÊNCIA:** 21/09/2022 a 20/09/2023A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.**JOSÉ MARIA JUSTO**SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Protocolo 935026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0931/2022
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2022-P9X92
EDITAL: 500/2022
LOTE: 4
OBJETO: TIMOMODULINA 200MG/ML (1G/5ML)
EMPRESA: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 09.944.371/0003-68
VALOR GLOBAL DO LOTE: 29.109,60

VIGÊNCIA: 21/09/2022 a 20/09/2023
 A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

JOSÉ MARIA JUSTO

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Protocolo 935029

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0932/2022
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2022-XSFT2
EDITAL: 522/2022
LOTE: 1
OBJETO: IMUNOGLOBULINA HUMANA 5G; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL OU POLIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTAÇÃO: FRASCO-AMPOLA 5G
EMPRESA: CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
CNPJ: 62.969.589/0015-93
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 21.563.338,00

VIGÊNCIA: 21/09/2022 a 20/09/2023
 A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

JOSÉ MARIA JUSTO

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Protocolo 935032

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0908/2022
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2022-1G8RQ - GEAF/NEGEP-CENTRAL
EDITAL: 469/2022
LOTE: 02
OBJETO: BROMOPRIDA 5MG/ML;
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 549.638,00
EMPRESA: UNIÃO QUÍMICA FARMACEUTICA NACIONAL S/A - **CNPJ** 60.665.981/0009-75
VIGÊNCIA: 21/09/2022 a 20/09/2023

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

JOSÉ MARIA JUSTO

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Protocolo 935199

Hospitais**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Hospital Estadual de Atenção Clínica, torna público a **Suspensão e Data da Nova Licitação**, Edital **0018/2022**, Processo 2022-6CLF1 "REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL DE CONSUMO/SACO PLÁSTICO PARA HAMPER", acolhimento de impugnação, visando interesse público para ajuste técnico no edital, cuja Disputa seria 20/09as14:00hs. Informamos **nova data** para certame: **Início de Acolhimento das propostas:** as 12:00hs do dia 20/09/2022 e **Início da Disputa:** as **14:00hs do dia 30/09/2022**

Paulo Sergio de S. Dutra
 Pregoeiro/HEAC

Protocolo 934958**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico Nº 022/2022
Órgão/Entidade: HMSA - Hospital Mat. Silvio Avidos.
Processo: 2022-XFHXX
Objeto: Aquisição de Material Médico (Atadura de Crepom).
ID -2022.500E1900006.01.0016

Empresa Vencedora:

*Serramed Produtos Hospitalares Ltda- ME
CNPJ: 19.691.725/0001-00

Lote 01:
 Valor global do Lote R\$ 3.900,00

Lote 02:
 Valor global do Lote: R\$ 5.040,00

O(s) referido(s) lote(s) foi(ram) devidamente **homologado(s)** pela Autoridade competente em 19/09/2022
 Informações: através do Telefone (27) 3717-2418 de segunda a sexta das 08 AS 16 horas ou hmsa@cpl@saude.es.gov.br.

Colatina, 19 de setembro de 2022

ELZIANA P. DA S. DOS SANTOS
 CPL/HMSA

Protocolo 934515**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico nº 0081/2022
Órgão/Entidade: Hospital Dr. Roberto Arnizaut Silveiras/HRAS
Processo nº 2022-927P1
Objeto: Registro de Preços de materiais de consumo para o NIR
Empresa vencedora:
 Martins Comercio Ltda - ME
Lote 01
 Valor global do lote: 55.993,00
Lote 02
 Valor global do lote: R\$ 63.348,00
Empresa vencedora:
 Roselky Gráfica Industria e Comercio Ltda - EPP



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 20/09/2022 07:23:04 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ROSANA COUTINHO DEVENS (FARMACEUTICO - QSS - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-P1D4C3>